

DA ESCRITA PARTILHADA À VOZ AUTORAL: LITERATURA INDÍGENA FEMININA, REEXISTÊNCIA E REVITALIZAÇÃO IDENTITÁRIA

FROM SHARED WRITING TO AUTHORIAL VOICE: INDIGENOUS WOMEN'S LITERATURE, RE-EXISTENCE, AND IDENTITY REVITALIZATION

Karla Cunha Pádua¹

Juliete Antônia Figueiredo da Mata²

RESUMO

Este artigo analisa a constituição da literatura indígena feminina brasileira contemporânea, investigando o deslocamento histórico do registro etnográfico e das experiências pioneiras de criação coletiva, como os “livros da floresta”, até a consolidação de práticas autorais soberanas no campo literário. Baseado em uma pesquisa de mestrado que investigou o coletivo Mulherio das Letras Indígenas como espaço estratégico de reexistência e produção de novos sentidos literários, destacamos o protagonismo das mulheres na construção de uma voz-praxis literária que articula escrita e corpo como extensões diretas do território sagrado. O texto discute essa produção literária indígena feminina como uma prática estética, política e espiritual, na qual palavra, território e memória ancestral são dimensões indissociáveis de uma mesma existência. Nesse cenário, a análise de poéticas como as de Bea Guarani e Benilda Kadiwéu evidencia como a autoria feminina transita da representação externa para a autorreferencialidade, denunciando as violências coloniais, patriarcais e o racismo estrutural, ao mesmo tempo, em que reafirma identidades coletivas e saberes tradicionais. Argumenta-se que tais produções não apenas tensionam o cânone ocidental e as hierarquias acadêmicas, mas instituem um arcabouço teórico fundamentado em epistemologias próprias, em que o ato de narrar funciona como ferramenta de retomada política, justiça e cura. Ao transformar a memória em potência estética e ética, a literatura indígena feminina redefine os parâmetros de autoria no Brasil, consolidando-se como um arquivo vivo de resistência e continuidade histórica.

¹ Professora na Faculdade de Educação (FaE) e no Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana (PPGE) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com doutorado sandwich e pós-doutorado em Antropologia na Universidade de Lisboa (ULisboa). Sócia colaboradora da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Tem como interesses de pesquisa os estudos sobre identidades étnico-culturais, educação indígena, interculturalidade, narrativas docentes, formação de professores para a diversidade cultural, cultura e memória, ambiente e cultura, em uma perspectiva socioantropológica.

² Professora na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e na Secretaria Municipal da Educação de Betim (SEMED/Betim). Mestra em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Tem como principais interesses de pesquisa a literatura indígena contemporânea, com foco em autorias femininas; as interseções entre cultura, gênero e educação; temas relacionados à diversidade cultural e educação indígena.

Palavras-chave: Literatura indígena, Mulheres, Criação coletiva, Mulherio das Letras Indígenas.

ABSTRACT

This article analyzes the constitution of contemporary Brazilian indigenous women's literature, investigating the historical shift from ethnographic records and pioneering collective creation experiences—such as the “livros da floresta”—to the consolidation of sovereign authorial practices in the literary field. Based on a master's research that investigated the collective Mulherio das Letras Indígenas as a strategic space for "re-existence" and the production of new literary meanings, we highlight the protagonism of women in the construction of a literary voice-praxis that articulates writing and the body as direct extensions of sacred territory. The text discusses this indigenous female literary production as an aesthetic, political, and spiritual practice, in which word, territory, and ancestral memory are inseparable dimensions of the same existence. In this scenario, the analysis of poetics such as those by Bea Guarani and Benilda Kadiwéu demonstrates how female authorship transitions from external representation to self-referentiality, denouncing colonial and patriarchal violence and structural racism, while simultaneously reaffirming collective identities and traditional knowledge. It is argued that such productions not only tension the Western canon and academic hierarchies but also establish a theoretical framework grounded in their own epistemologies, where the act of narrating functions as a tool for political reclamation, justice, and healing. By transforming memory into aesthetic and ethical power, indigenous women's literature redefines the parameters of authorship in Brazil, consolidating itself as a living archive of resistance and historical continuity.

Keywords: Indigenous literature, women, collective creation, Mulherio das Letras Indígenas.

Introdução

Este texto resulta de um aprofundamento das reflexões de uma pesquisa de mestrado sobre o protagonismo das mulheres indígenas na literatura. O objetivo central foi compreender as representações de identidade e memória presentes na obra “Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade” (Potiguara e Ratton, 2022), do coletivo Mulherio das Letras Indígenas, analisando como essas narrativas operam como instrumentos de afirmação identitária e resistência cultural. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise literária qualitativa, com foco na intersecção entre a

narrativa biográfica e o fortalecimento das vozes ancestrais e da autoria feminina indígena no cenário literário atual.

Neste trabalho, vimos como a literatura indígena brasileira contemporânea consolidou-se, nas últimas décadas, como um vigoroso campo de criação e pensamento crítico, rompendo com séculos de invisibilidade e apropriação cultural. Mais do que uma produção estética, esse movimento afirma epistemologias próprias, nas quais a escrita vincula-se indissociavelmente ao território, à espiritualidade e à memória ancestral (Kambebe, 2024; Dorrico, 2018). Conforme defende Daniel Munduruku (2021), a escrita para o sujeito indígena não é um abandono da tradição oral, mas uma estratégia de “atualização da memória”, funcionando como uma extensão da voz que permite ao autor originário transitar entre mundos e ocupar o espaço público sem perder sua essência coletiva.

Historicamente, a circulação dessas narrativas foi mediada por enquadramentos ocidentais que tratavam os povos originários como objetos de análise (Cunha, 2009). Essa lógica etnográfica descontextualizou rituais e mitos, reforçando um olhar externo que restringia a autodefinição (Dorrico, 2018). Contudo, a partir da segunda metade do século XX, a reapropriação da grafia transformou a página em um território simbólico de voz-praxis: conceito que articula ativismo e ancestralidade como gesto coletivo de resistência (Graúna, 2011; Dorrico *et al.*, 2020).

Nesse cenário, a literatura indígena feminina assume papel central. Pioneiras como Eliane Potiguara (2019) demonstram que a escrita das mulheres é um ato de “cura e retomada”, em que o corpo é vivenciado como o primeiro território a ser libertado das marcas do patriarcado e do racismo estrutural. Organizadas em redes como o Mulherio das Letras Indígenas, essas escritoras propõem uma estética que integra corpo e memória ancestral, desafiando o cânone ocidental ao colocar a coletividade e a espiritualidade como fundamentos éticos da escrita.

A escrita indígena atual não se limita a registrar a tradição, mas a ressignificá-la a partir de um lugar de fala próprio, onde o sujeito indígena deixa de ser o ‘outro’ descrito pelo etnógrafo para tornar-se o ‘eu’ que narra sua própria história, transformando a literatura em um território de retomada política e identitária. (Thiél, 2012, p. 57)

Também Graúna (2013, p. 15) destaca que: “O corpus da literatura indígena feminina brasileira contemporânea é marcado por uma ‘autohistória’ que rompe o silenciamento colonial, onde a mulher indígena assume a palavra para denunciar o apagamento e reafirmar a continuidade de sua raiz ancestral.” A proposta desse texto é aprofundar essas questões, apontando o protagonismo das mulheres indígenas na literatura em seu papel de provocar mudanças importantes na literatura e na sociedade.

Do registro etnográfico à criação coletiva indígena

Durante grande parte do século XX, a circulação de narrativas indígenas esteve condicionada às práticas da etnografia e da antropologia, campos que operavam sob uma lógica hierarquizada de conhecimento. Nesse modelo, a escrita era concebida estritamente como instrumento da ciência ocidental, enquanto a oralidade e as cosmologias originárias eram tratadas como meros objetos de estudo (Cunha, 2009; Almeida; Queiroz, 2004). O resultado era a circulação de narrativas descontextualizadas de seus cenários rituais e territoriais, despojadas das dimensões espirituais e políticas que lhes conferem sentido dentro das comunidades produtoras.

A transição desse cenário para a criação literária autoral implica uma profunda reconfiguração nas relações entre linguagem e poder. A escrita deixa de ser um dispositivo de documentação externa para tornar-se um recurso estratégico de autonomia e afirmação identitária. Nesse contexto, narrativas e grafismos ancestrais são integrados a projetos de educação intercultural e reterritorialização simbólica (Dorrigo, 2018), onde cada palavra registrada funciona como um gesto de presença. Sobre a natureza política desse deslocamento, Almeida e Queiroz (2004, p. 197-198) esclarecem:

Não se trata de uma invenção qualquer. Trata-se de uma deliberação política. Os escritores indígenas o fazem de um território imaginário em que as coisas se renomeiam, no exercício da ocupação do solo simbólico. A escritura é coletiva porque é expressão do que é comum, ou de um consenso em torno do “que somos”. É política porque reordena a coletividade, valendo-se das palavras pronunciadas pelos seus representantes. Cada livro editado nesse processo de criação literária serve para indicar que é a partir da terra que os livros são escritos. Assim como nossa tradição literária europeia se baseia na textualidade (ou representação). Um livro nasce de outro livro, e assim

por diante – as várias literaturas indígenas servem-se da territorialidade: cada trecho do livro copiado, cada voz transcrita, cada tradução interlingual, (...) é um pedaço de terra concretamente desapropriado e reapropriado ao mesmo tempo.

O deslocamento para a criação literária autoral reconfigura profundamente as relações entre linguagem, poder e cultura. Ao deixar de ser um mero instrumento etnográfico, a escrita assume o papel de recurso estratégico para a autonomia e resistência identitária. Nesse cenário, saberes, mitos e grafismos ancestrais transcendem o registro documental para integrar projetos de reterritorialização simbólica e educação intercultural (Dorrico, 2018). Esse reposicionamento evidencia o caráter político e epistemológico da palavra indígena: em que cada termo grafado é um gesto de presença que fortalece os vínculos comunitários e garante a continuidade histórica.

As experiências pioneiras dos “livros da floresta” ilustram com clareza essa reapropriação. Segundo Almeida e Queiroz (2004), tais obras não se submetem aos critérios da autoria individual, estruturando-se, antes, em torno da memória comum e da territorialidade. Nelas, cada fragmento narrativo ou tradução interlínguas representa um movimento simultâneo de desapropriação da lógica colonial e reinscrição simbólica da terra, vinculando o texto ao espaço físico ocupado.

A circulação desses materiais em escolas diferenciadas consolidou a escrita como uma prática vital de sucessão geracional, fundindo literatura, história e saberes locais. Sob essa ótica, documentar línguas e histórias não significa cristalizá-las em um passado estático, mas prolongar a oralidade por meio de arquivos vivos. Assim, a produção coletiva deixa de ser apenas uma salvaguarda de saberes para constituir uma insurgência contra o apagamento cultural, afirmando a identidade indígena como uma força política viva e contemporânea.

Tramas coletivas: a escrita como teia de pertencimento

Diferente do paradigma ocidental, centrado na originalidade individual e na propriedade intelectual, a noção de autoria nas literaturas indígenas fundamenta-se nos vínculos territoriais e ancestrais. A escrita constitui-se como um consenso identitário, uma reafirmação da continuidade cultural e espiritual que desloca o foco do sujeito para o grupo, valorizando a memória compartilhada e a oralidade como pilares

epistemológicos (Almeida; Queiroz, 2004; Graúna, 2013). Sobre essa necessidade de converter a tradição em registro gráfico para a preservação geracional, Almeida e Queiroz (2004, p. 211) asseveram:

(...) ter de escrever para garantir a continuidade de suas gerações. Ter uma língua documentada não é ter um corpo morto, mas uma história, um discurso, uma poética. A primeira palavra coletiva dessa poética acaba de ser pronunciada. A escrita da história, pelas mãos dos índios, embaralha-se com a escrita literária, em deixar também de ser instrumento ou tecnologia de sobrevivência material. O fato de ser produzida num contexto escolar, na sua maioria, com objetos claramente pragmáticos, como fornecer material de leitura para os educandos, comprova o imediatismo de sua função nas comunidades indígenas.

Essa natureza coletiva manifesta-se, por exemplo, nos créditos das obras, frequentemente atribuídos a aldeias, etnias ou associações em detrimento do sujeito individual. Tal procedimento não apenas legitima a vivência comunitária, mas reforça uma ética de responsabilidade para com o solo, a memória e os saberes herdados. Para além da autoria, essa união consolida-se em redes e movimentos literários que funcionam como espaços de proteção e fortalecimento da palavra originária frente à histórica marginalização nos campos editorial e acadêmico (Dorrico *et al.*, 2020; Lupati, 2024).

Para as mulheres indígenas, essa articulação assume um contorno explicitamente político. Ao se organizarem em coletivos, elas fundam territórios de cuidado e afirmação onde experiências silenciadas emergem, entrelaçando escrita, corpo e memória. Essa produção feminina não apenas reafirma identidades compartilhadas, mas tensiona as estruturas coloniais e as hierarquias de gênero que sustentam o cânone ocidental (Graúna, 2011; Potiguara, 2019; Siqueira; Araújo, 2024).

Tais redes de circulação representam, portanto, centros de produção de conhecimento em que a literatura se funde à educação intercultural e à transmissão intergeracional de saberes. Nesse sentido, o fazer compartilhado não é mera estratégia de publicação, mas o princípio estruturante da *voz-praxis*: mesmo quando a autoria individual se manifesta, ela o faz como um desdobramento da experiência grupal, preservando o compromisso ético com a ancestralidade. Em síntese, a literatura indígena contemporânea revela que o esforço comum, além de fundamentar o processo

criativo, configura-se como um instrumento de resistência epistemológica que redefine a própria concepção de autoria no cenário literário brasileiro.

Escrita como corpo, terra como memória: literatura indígena feminina

A literatura produzida por mulheres indígenas estabelece uma articulação orgânica entre grafia, corporeidade e ancestralidade, configurando uma práxis política profundamente enraizada em suas trajetórias de vida. Nesse cenário, o corpo assume uma dimensão dual e potente: apresenta-se como um território simbólico e político, historicamente atravessado pelas marcas das violências coloniais, raciais e de gênero, mas ergue-se, simultaneamente, como o *locus* primordial de resistência e transmissão de saberes (Potiguara, 2019; Graúna, 2013). Escrever, para essas autoras, transcende a representação textual; torna-se um gesto de retomada da própria autonomia física e subjetiva, desafiando os regimes de opressão que tentaram converter a mulher indígena em objeto de extermínio ou fetiche.

Nesta cosmologia, o território extrapola a acepção de recurso geográfico para constituir-se como uma instância espiritual e relacional, centro vital da existência originária. As narrativas femininas inscrevem a terra na linguagem de forma visceral: a violação dos domínios ancestrais, seja pelo extrativismo ou pela grilagem, reverbera diretamente na integridade psíquica e corporal das mulheres, não há separação entre a ferida na terra e a ferida no corpo feminino. Assim, a literatura converte-se em uma tecnologia de reexistência e ativismo, onde o ato de denunciar a destruição ambiental é indissociável do exercício de cura coletiva e da afirmação da identidade (Dorrico, 2018; Kambeba, 2024).

Ademais, essas produções promovem uma ruptura radical com as convenções do cânone ocidental, especialmente no que tange à linearidade temporal e à fragmentação estética. Ao explorarem gêneros híbridos que fundem a oralidade ancestral à lírica contemporânea, as autoras indígenas propõem o que se pode chamar de *escrevivência*, termo cunhado por Conceição Evaristo (2006). Nela, a memória não é um arquivo morto, mas uma força pulsante que dita o ritmo da prosa e do verso. Essa literatura não apenas amplia o repertório literário brasileiro, mas consolida uma epistemologia própria, na qual corpo, terra e palavra formam uma trama inalienável,

garantindo que a subjetividade feminina indígena permaneça como uma voz política ativa e inegociável na cena pública contemporânea.

O Mulherio das Letras Indígenas: reexistência em rede

O Mulherio das Letras Indígenas representa um espaço estratégico de articulação entre escritoras de diferentes povos, territórios e experiências, funcionando como rede de fortalecimento da literatura indígena feminina. Mais do que um coletivo literário, constitui um movimento político-cultural que reivindica protagonismo, autonomia e visibilidade para as vozes femininas indígenas, tensionando critérios tradicionais de consagração literária e desafiando a centralidade do cânone ocidental (Dorrico, 2018; Potiguara, 2019). Cada produção, seja literária ou performativa, atua como gesto de afirmação da memória ancestral e de resistência às formas históricas de invisibilização das mulheres indígenas. (Potiguara; Ratton, 2022)

O coletivo evidencia como a literatura feminina indígena expande os limites do campo literário brasileiro, reafirmando a palavra como território de luta, memória e criação. A escrita coletiva, nesse contexto, não é apenas técnica ou estilo; é uma prática política, estética e ética, em que o ato de narrar se confunde com a preservação de territórios, corpos e cosmologias. Dessa forma, o Mulherio das Letras Indígenas não apenas produz literatura, mas cria epistemologias e modos de existência que reconfiguram relações de poder, identidade e conhecimento no Brasil contemporâneo.

Conforme analisam Batličková e Langer (2022) e Barra (2020), essa insurgência literária, impulsionada pela Constituição de 1988 e pela Lei nº 11.645/2008, permitiu que professores-autores e intelectuais como Julie Dorrico ocupassem espaços acadêmicos e editoriais. Nesse contexto de retomada, as obras de Bea Guarani e Benilda Kadiwéu, retiradas do álbum biográfico “Guerreiras da Ancestralidade” (Potiguara; Ratton, 2022), produzido pelo coletivo Mulherio das Letras Indígenas, exemplificam a transição do registro etnográfico em favor de uma autoria assumida nominalmente.

No poema “Mulher... um aguyje ancestral”, Beatriz Rodriguez, a Bea Guarani, funde sua atuação como educadora e liderança indígena à preservação de suas raízes. Pesquisadora da língua e cultura Guarani, ela converte a poesia e a educação intercultural em ferramentas de resistência, traduzindo a cosmovisão de seu povo em

palavras de força. A obra funciona como uma enunciação autoral que desloca o sujeito indígena do papel de objeto etnográfico para o centro da narrativa. Ao utilizar a fala direta “Para vocês, queridos amigos... Contar te minha vida hoje eu quero” (Guarani, 2022, p.57) a autora instaura uma voz que reivindica o direito de narrar a própria existência, marcando a transição da representação externa para a autoria indígena que se afirma e se nomeia.

Nesse processo, a denúncia da nomeação alheia: “Deram me o nome dos outros, / Querendo minha existência apagar” (Guarani, 2022, p.57) sintetiza a violência colonial sobre identidades e cosmologias. Contudo, o poema transcende a queixa: a opressão histórica é ressignificada como combustível para a resistência “Só consegui me energizar” (Guarani, 2022, p.57) revelando a capacidade de converter o trauma em força vital. Essa estratégia de reexistência, típica da literatura indígena contemporânea, demonstra como a memória da destruição pode coexistir com a afirmação pujante de uma identidade que recusa o apagamento.

A ancestralidade aparece como potência estética e política. Afirmações como “Sou indígena em todo o meu Ser” (Guarani, 2022, p.57) e “Minha ancestralidade jamais vai perecer” (Guarani, 2022, p.57) não são apenas tematização do passado; método especificamente poético e epistemológico. Em termos formais, isso se traduz na recuperação de traços de oralidade, de ritmos performativos e de cosmologias que informam a poética, não como exotismo temático, mas como matriz de legitimação contra os cânones hegemônicos que historicamente marginalizaram modos de saber indígenas.

O poema também articula o feminino como esfera de reexistência coletiva. Chamamentos e convites à irmandade “Vamos juntas irmãs!” (Guarani, 2022, p.57) colocar a mulher indígena não só como sujeito individual, mas como parte de uma comunidade que pratica a escrita como ação coletiva e ritual de retorno e revitalização da memória. Isso ecoa as primeiras experiências de criação coletiva, como os “livros da floresta”, cuja ética comunitária funcionou como laboratório para práticas contemporâneas que articulam autoria individual e mobilização coletiva.

Corpo e natureza são apresentados como fundamento epistêmico: “Da nossa mãe natureza / Fortemente pude me nutrir.” (Guarani, 2022, p.57). Esse entrelaçamento

desafia a separação sujeito/objeto típico do pensamento ocidental, reintroduzindo cosmopolíticas que informam tanto o conteúdo quanto a forma do poema. Saber corporal, medicina, ritmos e relações com o território emergem como fontes de conhecimento estético e político, reforçando a literatura indígena feminina como produção de mundos e de modos de vida.

Temporalmente, o poema inscreve uma longa duração “Mais de 500 anos” (Guarani, 2022, p.57) e, ao mesmo tempo, inaugura um tempo de reativação: ouvir, instruir-se, reencontrar parentes, renascer. Essa concepção temporal contrapõe a ideia de um passado congelado à noção de memória contínua, em que a sobrevivência histórica é também projeto de reinvenção e presença. Por fim, o imperativo final “MULHER INDÍGENA, ANCESTRALIDADE VIVA, TERÁS QUE RESPEITAR!” (Guarani, 2022, p.57) atua como ato performativo: além de proclamar identidade, exige do leitor e das instituições reconhecimento, escuta e mudanças nas práticas editoriais e críticas.

Benilda Kadiwéu é uma destacada liderança, ativista e intelectual do povo Kadiwéu, do Pantanal. Com forte atuação na defesa dos direitos das mulheres indígenas e na preservação da memória de seu povo, ela utiliza a escrita como um território de retomada cultural. No poema “Nossos ancestrais”, a autora estabelece uma poética do pertencimento, em que a ancestralidade não é um passado estático, mas o “esteio” que permite aos sonhos respirarem no presente.

A obra funciona como um manifesto de continuidade ontológica, em que a transmissão de saberes “os pais ensinam aos seus filhos” (Kadiwel, 2022, p. 62) configura um legado inalienável. Ao afirmar que “essa terra é nossa, e somos filhos dela” (Kadiwel, 2022, p. 62), a autora reafirma a conexão visceral entre identidade e território, deslocando a terra de recurso explorável para matriz da existência. A urgência expressa em registrar guerreiros e festividades em versos e cantorias revela o papel da literatura indígena como um arquivo vivo de resistência: a escrita deixa de ser uma ferramenta colonial de controle para tornar-se o suporte onde a memória se torna eterna, garantindo que o modo de viver Kadiwéu seja, simultaneamente, contado, escrito e vivido.

A produção de Bea Guarani e Benilda Kadiwéu exemplifica o amadurecimento da literatura indígena feminina contemporânea, marcando o definitivo deslocamento do

“indígena-objeto” outrora cristalizado pelo olhar externo em registros etnográficos ou nas primeiras experiências de autoria tutelada, como os “Livros da Floresta” para a consolidação de uma prática autoral soberana. Enquanto os projetos de criação coletiva dos anos 1990 foram fundamentais para romper o silêncio editorial, autoras como Bea Guarani e Benilda Kadiwel operam agora uma escrita que reivindica a subjetividade individual entrelaçada ao destino coletivo.

Nessa trajetória, a poesia deixa de ser um “relato de costumes” para tornar-se um território de agência. Em Bea Guarani, o deslocamento ocorre pela denúncia do nome imposto pelo colonizador, substituindo a biografia de apagamento pela autoafirmação da voz que se energiza na própria origem. Já em Benilda Kadiwéu, a transição se manifesta na apropriação do suporte escrito como estratégia de perenidade: ao conclamar que “cantorias precisam ser escritas em versos” (Kadiwel, 2022, p. 62), ela subverte a lógica da oralidade como algo frágil, transformando a letra em escudo para o modo de viver Kadiwéu. Ambas as autoras demonstram que a literatura indígena feminina atual não apenas registra a cultura, mas a reconstitui politicamente, ocupando o campo literário brasileiro com a autoridade de quem não mais permite ser narrada por outrem.

A constituição da literatura indígena feminina brasileira contemporânea demarca um campo de forças onde a palavra se converte em território de reconquista identitária. A trajetória dessa produção literária revela um movimento pendular que se inicia nas experiências de registro etnográfico e nas publicações coletivas, evoluindo até a consolidação de práticas autorais que reivindicam o protagonismo do sujeito indígena no centro da narrativa.

As primeiras publicações, frequentemente subsidiadas por projetos governamentais ou ONGs, possuíam um caráter pragmático e pedagógico. Eram os “Livros da Floresta”, que visavam a demarcação simbólica e a proteção da memória de um povo inteiro, mais do que a afirmação de um autor individual. Segundo a introdução da pioneira Antologia de textos dos povos da floresta (1997, p. 12), organizada por Joaquim Maná Kaxinawá: “Estes textos são o resultado de um esforço coletivo para que a nossa palavra escrita chegue às nossas crianças, garantindo que as histórias dos

antigos não se percam e que o conhecimento da floresta seja a base da nossa educação escolar diferenciada”.

Essas antologias serviram como um “escudo de papel” (Munduruku, 2021), essenciais para a sobrevivência da memória grupal, mas que precederam a afirmação do escritor indígena como artista e intelectual no mercado literário nacional.

É nesse interstício que se insere a produção de autoras como Beatriz Rodriguez (Bea Guarani) e Benilda Kadiwéu. A escrita delas não apenas rompe com o caráter meramente documental, mas narra sua própria história, transformando a literatura em um território de retomada política. A autoria feminina, nesse contexto, aprofunda essa ruptura, introduzindo a subjetividade política e a corpo-territorialidade como eixos centrais, consolidando o que se define como voz-praxis: um movimento em que a palavra escrita é, em si, o exercício do direito à terra e à própria existência.

Em suma, a transição do registro coletivo para a voz individualizada e militante marca a maturidade de uma literatura que se recusa a ser apenas testemunhal, optando por ser um espaço de agência, reexistência e reinvenção do ser indígena no Brasil contemporâneo.

Considerações finais

Com essas reflexões, podemos afirmar que a literatura indígena brasileira contemporânea representa um campo de criação literária e produção de pensamento crítico que se consolidou após séculos de invisibilidade e silenciamento. O percurso histórico dessa produção evidencia a transição de registros etnográficos, nos quais as narrativas indígenas eram objeto de estudo e esvaziadas de seu contexto espiritual e coletivo, para a criação literária própria, marcada pela reapropriação simbólica da escrita como instrumento de autonomia, ativismo e transmissão de saberes (Cunha, 2009; Dorrico, 2018; Almeida; Queiroz, 2004).

A centralidade da coletividade nas literaturas indígenas, evidenciada tanto na atribuição de autoria a aldeias, etnias ou coletivos quanto na atuação de redes literárias, mostra que a escrita funciona como prática de afirmação identitária e cuidado comunitário. Para as mulheres indígenas, essa coletividade se torna explícita como estratégia de resistência política, permitindo que experiências historicamente silenciadas

se manifestem em espaços de proteção, visibilidade e criação (Graúna, 2011; Potiguara, 2019).

No âmbito da literatura feminina, a articulação entre escrita, corpo e território demonstra como a literatura atua simultaneamente como prática estética, política e ética. O corpo é atravessado por violências coloniais, raciais e de gênero, mas também é locus de resistência e transmissão intergeracional de saberes. O território, por sua vez, é espaço físico, espiritual e cosmológico, onde cada gesto de escrita reinscreve a terra na linguagem, reafirmando modos de existência, memória cultural e continuidade ancestral (Almeida; Queiroz, 2004; Kambeba, 2024; Precioso; Marangon, 2024).

O Mulherio das Letras Indígenas exemplifica essas dimensões de maneira articulada, funcionando como rede de fortalecimento, visibilidade e produção teórica da literatura indígena feminina. Através de publicações coletivas, eventos formativos e atividades culturais, o coletivo transforma a escrita em prática de reexistência, combinando tradição e contemporaneidade, ativismo e produção intelectual (Lupati, 2024). Mais do que um espaço literário, o Mulherio atua como território simbólico de resistência, reafirmando a palavra como instrumento de luta, memória e criação.

Em síntese, a literatura indígena contemporânea, e particularmente a feminina, amplia o campo literário brasileiro ao propor epistemologias próprias, centradas na relação entre coletividade, território, corpo e memória ancestral. Essa produção não apenas desafia paradigmas hegemônicos de autoria, estética e circulação literária, mas também reafirma a literatura como instrumento de resistência, cuidado e afirmação identitária, constituindo-se como prática vital de preservação cultural, ativismo e criação coletiva.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

BARRA, C. de C. S. (2020). Antes o mundo não existia: imaginário das línguas e livros de autoria indígena. *Raído - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UFGD*, 14(34), 122–137. <https://doi.org/10.30612/raido.v14i34.11084>

BATLIČKOVÁ, Eva; LANGER, Caroline Ivanski . "Busca De Um Diálogo Intercultural: Literatura Indígena No Brasil." *Études Romanes De Brno* 2 (2022): 99-114. <https://doi.org/10.5817/ERB2022-2-6>

BRASIL. Ministério da Educação. *Antologia de textos dos povos da floresta*. Organização de Joaquim Mana Kaxinawá. Brasília, DF: MEC/PNUD, 1997. (Série Educação para Todos). Disponível no acervo do MEC.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DORRICO, Julie. *Eu sou indígena: a escrita de si como retomada e reexistência*. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível no Repositório da PUCRS.

DORRICO, Julie. *Literatura indígena no Brasil contemporâneo: autoria, autonomia e crítica literária*. São Paulo: Pólen, 2018.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; SIQUEIRA CORREIA, Heloisa Helena; DANNER, Fernando (orgs.). *Literatura Indígena Brasileira contemporânea: criação, crítica, recepção*. Porto Alegre: Fi, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

GUARANI, Bea (Beatriz Rodriguez). Mulher... um aguyje ancestral. In: RATTON, Vanessa; POTIGUARA, Eva (org.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá, SP: Amare, 2022.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KADIWÉU, Benilda. Nossos ancestrais. In: RATTON, Vanessa; POTIGUARA, Eva (org.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá, SP: Amare, 2022.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O lugar da palavra indígena: literatura, território e espiritualidade*. Manaus: Valer, 2024.

KAXINAWÁ, Joaquim Maná (org.). *Antologia de textos dos povos da floresta*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre; Brasília: MEC/PNUD, 1997. Disponível em: Comissão Pró-Índio do Acre.

MUNDURUKU, Daniel. *Literatura indígena: vozes que se fazem ouvir*. São Paulo: Global, 2021. Disponível em: Global Editora.

LUPATI, Federica. The Brazilian Indigenous as an Uneven Identity: Reading an Indigenous Woman's Voice in Márcia Wayna Kambeba's Poems. *Journal of World-Systems Research*, v. 30, n. 1, p. 128-150, 2024.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 4. ed. Rio de Janeiro: Global, 2019.

POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa. (org.). *Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas*. Guarujá-SP: Amare, 2022.

PRECIOSO, Adriana Lins; MARANGON, Igor. Literatura indígena e teoria literária: a análise de uma voz-praxis militante. *Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES*, 2024.

THIÉL, Janice Cristine. *Pele silenciosa, pele escrita: a literatura indígena contemporânea no Brasil*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

Recebido em 30/05/2026

Aceito em 15/08/2026